2ª Edição – 2016

Exame de Suficiência

Bacharel em Ciências Contábeis

NOME: ______________________________

Nº DE INSCRIÇÃO: ______________________________

FBC

FUNDAÇÃO BRASILEIRA DE CONTABILIDADE

EXAME DE SUFICIÊNCIA – 2ª Edição 2016

Edital Nº 2/2016

SÓ ABRA QUANDO AUTORIZADO

Ao receber o Caderno de Prova:
Escreva seu nome e número de inscrição.

Este caderno contém as questões da prova de Bacharel em Ciências Contábeis.

Use como rascunho as páginas no final deste caderno, as quais não poderão ser destacadas durante a realização da prova.

Ao receber a Folha de Respostas:
- Confira o seu número de inscrição.
- Assine, à CANETA, no espaço próprio indicado (a assinatura não deve ultrapassar o espaço delimitado).

Os coordenadores e fiscais de aplicação de provas não possuem autonomia para opinar sobre a elaboração, os conteúdos, as respostas e a anulação de questões.

01 ● Ⓑ Ⓒ Ⓓ
02 Ⓐ ● Ⓒ Ⓓ
03 Ⓐ Ⓑ ● Ⓓ
04 Ⓐ Ⓑ Ⓒ ●

Instruções quanto ao preenchimento da Folha de Respostas:

1. Use somente caneta esferográfica com tinta **preta ou azul**.
2. Confira rigorosamente sua opção de resposta antes de marcá-la no gabarito.
3. Marque **apenas** uma resposta para cada questão. Mais de uma marcação anulará a resposta.
4. Não deixe questão sem resposta.
5. Não rasure, não amasse, não dobre e não suje esta folha.
6. Preencha toda a área do círculo que corresponde à opção que você considera correta. Exemplo: ●
7. É de inteira responsabilidade do candidato qualquer prejuízo advindo de marcação incorreta efetuada na Folha de Respostas.

SERÁ PERMITIDA A SAÍDA DO CANDIDATO DA SALA DE PROVA SOMENTE APÓS 2 (DUAS) HORAS DO SEU INÍCIO, LEVANDO CONSIGO SOMENTE O RASCUNHO DO GABARITO CONSTANTE AO FINAL DESSA PROVA
SOMENTE APÓS 3 (TRÊS) HORAS DO INÍCIO DA PROVA SERÁ PERMITIDO AO CANDIDATO O DIREITO DE LEVAR CONSIGO O CADERNO DE PROVA.

DURAÇÃO DESTA PROVA:
4 (QUATRO) HORAS

ATENÇÃO

Sr.(a) Candidato(a),

Antes de começar a fazer a prova, **CONFIRA** se este caderno tem, ao todo, 50 (cinquenta) questões de múltipla escolha, cada uma constituída de 4 (quatro) opções.

Se houver algum problema, informe, imediatamente, ao fiscal de provas, para que ele tome as providências necessárias.

Caso Vossa Senhoria não observe as recomendações acima, não lhe caberá qualquer reclamação ou recurso posterior.

O uso de máquina calculadora própria é permitido, desde que não permita o armazenamento de texto, vedado o seu empréstimo, conforme edital.

Não será permitido o uso de calculadora existente em aparelho celular ou similares.

É de inteira responsabilidade do candidato qualquer prejuízo advindo de marcação incorreta efetuada na Folha de Respostas.

1. Uma Sociedade Empresária, no seu Balanço Patrimonial em 1º.1.2015, possui dois terrenos, "A" e "B", no valor contábil de R$38.400,00 e R$64.000,00, respectivamente.

Em 31.12.2015, diante de um indicativo de perda, realizou testes de recuperabilidade que lhe proporcionaram as seguintes conclusões:

- ✓ Se o terreno "A" fosse vendido, obter-se-ia um valor líquido das despesas de venda de R$48.000,00 e, pelo uso, poderia gerar benefícios econômicos no valor de R$32.000,00.
- ✓ Se o terreno "B" fosse vendido, obter-se-ia um valor líquido das despesas de venda de R$57.600,00 e, pelo uso, poderia gerar benefícios econômicos no valor de R$51.200,00.

O Ativo Imobilizado dessa Sociedade Empresária é composto apenas por essas duas Unidades Geradoras de Caixa.

Considerando-se os dados apresentados e a NBC TG 01 (R3) – REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS, o Valor Contábil do Ativo Imobilizado a ser apresentado no Balanço Patrimonial em 31.12.2015 é de:

a) R$83.200,00.
b) R$96.000,00.
c) R$102.400,00.
d) R$105.600,00.

2. Uma Sociedade Empresária realizou uma venda de mercadoria à vista, no valor de R$320.000,00, com incidência de ICMS à alíquota de 18%.

O Custo da Mercadoria Vendida foi de R$192.000,00.

O Lucro Bruto dessa única transação de venda realizada pela Sociedade Empresária é de:

a) R$70.400,00.
b) R$104.960,00.
c) R$128.000,00.
d) R$185.600,00.

3. Uma Sociedade Empresária adota o Método de Depreciação Linear, de acordo com a NBC TG 27 (R3) – ATIVO IMOBILIZADO.

As características do Ativo Imobilizado da empresa estão apresentadas a seguir:

- ✓ Valor de compra R$1.600.000,00
- ✓ Vida útil 20 anos
- ✓ Valor residual R$160.000,00

Considerando-se os dados apresentados, a depreciação acumulada e o valor contábil do Ativo Imobilizado ao final do quinto ano de disponibilidade para uso são, respectivamente:

a) R$360.000,00 e R$1.240.000,00.
b) R$360.000,00 e R$1.600.000,00.
c) R$400.000,00 e R$1.200.000,00.
d) R$400.000,00 e R$1.600.000,00.

4. O Departamento Jurídico de uma Sociedade Empresária forneceu ao Departamento de Contabilidade a relação dos processos em julgamento, conforme tabela a seguir.

Estimativa de Perda dos Processos em Julgamento

Processos	Tipo de processo	Valor da Causa	Julgamento da Perda	Estimativa
1º Trabalhista	Relativo a Insalubridade	R$1.500.000,00	Possível	Confiável
2º Trabalhista	Relativo a hora extra	R$860.000,00	Provável	Confiável
3º Civil	Danos materiais	R$700.000,00	Remoto	Confiável
4º Tributário	Discussão da constitucionalidade da Cofins	R$2.460.000,00	Provável	Confiável

Considerando-se apenas as condições estabelecidas na NBC TG 25 (R1) – PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES e os dados da tabela apresentada, a Sociedade Empresária irá reconhecer como provisão, na contabilidade:

a) os processos relativos a Insalubridade, a Hora Extra, a Danos Materiais e a Discussão da Constitucionalidade da Cofins, que totalizam R$5.520.000,00.
b) os processos relativos a Insalubridade, a Hora Extra e a Discussão da constitucionalidade da Cofins, que totalizam R$4.820.000,00.
c) os processos relativos a Hora Extra e a Discussão da Constitucionalidade da Cofins, que totalizam R$3.320.000,00.
d) os processos relativos a Insalubridade e a Danos Materiais, que totalizam R$2.200.000,00.

5. Uma Sociedade Empresária apresentou as seguintes contas com seus respectivos saldos, em 31.12.2015.

Contas	Natureza do Saldo	Saldo
Ações de Emissão Própria em Tesouraria	Devedora	R$2.500,00
Caixa	Devedora	R$17.400,00
Capital Subscrito	Credora	R$114.775,00
Custo das Mercadorias Vendidas	Devedora	R$139.550,00
Depreciação Acumulada	Credora	R$5.625,00
Despesas com Material de Expediente	Devedora	R$2.375,00
Despesas com Propaganda e Publicidade	Devedora	R$28.525,00
Duplicatas a Receber	Devedora	R$32.550,00
Duplicatas Descontadas	Credora	R$7.000,00
Encargos Financeiros a Transcorrer – Financiamentos	Devedora	R$1.200,00
Financiamentos a Pagar	Credora	R$3.000,00
Fornecedores Nacionais	Credora	R$10.925,00
Máquinas e Equipamentos de Uso	Devedora	R$77.650,00
Mercadorias para Revenda	Devedora	R$32.325,00
Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa	Credora	R$875,00
Receita de Vendas	Credora	R$191.875,00

Os saldos apresentados já foram ajustados e realizadas as respectivas apropriações.

Considerando-se apenas as informações apresentadas e de acordo com a NBC TG 26 (R3) – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS, o total do Ativo, em 31.12.2015, é de:

a) R$153.425,00.
b) R$174.850,00.
c) R$327.575,00.
d) R$334.075,00.

6. Uma Sociedade Empresária apresentou os seguintes dados, em 31.12.2015:

Cofins sobre Faturamento	R$112.500,00
Compra de Mercadorias para Revenda	R$1.250.000,00
CSLL Corrente	R$9.912,00
Despesas com Comissões Sobre Vendas	R$81.250,00
Despesas com Depreciação	R$62.500,00
Despesas com Pró-Labore	R$25.000,00
Despesas com Salários e Ordenados	R$614.300,00
Despesas com Seguros	R$26.800,00
Despesas com Treinamentos e Cursos	R$50.000,00
Despesas Financeiras	R$49.000,00
Devoluções de Compras de Mercadorias	R$121.000,00
Estoque Final de Mercadorias para Revenda	R$612.500,00
Estoque Inicial de Mercadorias para Revenda	R$185.000,00
ICMS sobre Vendas	R$675.000,00
IRPJ Corrente	R$16.521,00
PIS sobre Faturamento	R$24.375,00
Receita Bruta de Vendas	R$3.750.000,00
Receitas Financeiras	R$64.000,00

- ✓ A Sociedade Empresária utiliza o Inventário Periódico para apuração do Custo da Mercadoria Vendida.
- ✓ Os valores informados de compras e devolução de compras de mercadorias estão líquidos dos tributos recuperáveis.

Considerando-se os dados apresentados e a NBC TG 26 (R3) – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS, a Sociedade Empresária apresentará Lucro Bruto no valor de:

a) R$1.365.342,00.
b) R$1.391.775,00.
c) R$2.236.625,00.
d) R$2.938.125,00.

7. Uma Sociedade Empresária apresentava um saldo de R$350.000,00 em Duplicatas a Receber, em 31.12.2015, antes do encerramento do seu Balanço Patrimonial.

Ao proceder a mensuração do valor recuperável dessas duplicatas a receber, a empresa estimou uma perda no valor recuperável de R$10.500,00.

O lançamento contábil da constituição dessa perda estimada será:

a)	Débito:	Perdas Estimadas com Contas a Receber – Despesas Comerciais	R$10.500,00
	Crédito:	Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa – Clientes	R$10.500,00

b)	Débito:	Custo das Mercadorias Vendidas	R$10.500,00
	Crédito:	Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa – Clientes	R$10.500,00

c)	Débito:	Perdas Estimadas com Contas a Receber – Despesas Comerciais	R$10.500,00
	Crédito:	Duplicatas a Receber – Clientes	R$10.500,00

d)	Débito:	Custo das Mercadorias Vendidas	R$10.500,00
	Crédito:	Duplicatas a Receber – Clientes	R$10.500,00

8. Uma Sociedade Empresária apresentou os seguintes eventos em 2015:

Eventos	Valor
Aquisição de móveis para uso, à vista	R$20.000,00
Venda, à vista, de imóvel de uso	R$200.000,00
Baixa do valor contábil do imóvel de uso vendido	R$80.000,00
Venda de mercadorias à vista	R$55.000,00
Compra de mercadorias à vista	R$30.000,00

Considerando-se o reflexo desses eventos nas atividades apresentadas na Demonstração dos Fluxos de Caixa, é CORRETO afirmar que:

a) os eventos geraram caixa líquido nas atividades operacionais, no valor de R$175.000,00.
b) os eventos geraram caixa líquido nas atividades de investimento, no valor de R$180.000,00.
c) os eventos geraram caixa líquido nas atividades operacionais, no valor de R$205.000,00.
d) os eventos geraram caixa líquido nas atividades de investimento, no valor de R$255.000,00.

9. A Sociedade Anônima “A” controla a Sociedade Anônima “B” por meio de uma participação direta de 40% e uma participação indireta de 20%.

Em 31.12.2015, a Sociedade Anônima “B” apurou um lucro líquido de R$200.000,00, dos quais R$50.000,00 referem-se a lucro com venda de mercadorias para a Controladora.

Na data da apuração do resultado do período, não havia resultados não realizados de operações entre as duas Sociedades.

Considerando-se os dados apresentados, o Resultado da Equivalência Patrimonial relativo à participação da Sociedade Anônima “A” na Sociedade Anônima “B” é igual a:

a) R$60.000,00.
b) R$80.000,00.
c) R$120.000,00.
d) R$150.000,00.

10. Uma Sociedade Empresária adquiriu, a prazo, mercadorias para revenda pelo valor total de R$25.000,00. Nesse valor, estão incluídos R$4.250,00 relativos a ICMS Recuperável.

O transporte das mercadorias, no valor de R$2.000,00, foi pago pela empresa vendedora, sem reembolso pela adquirente.

A Sociedade Empresária apura PIS e Cofins pelo Regime de Incidência Não Cumulativo.

Considerando-se o disposto na NBC TG 16 (R1) – Estoques, e que as alíquotas a serem utilizadas para cálculo do valor recuperável de PIS e Cofins no Regime de Incidência Não Cumulativo são, respectivamente, 1,65% e 7,6%, o Custo de Aquisição das mercadorias é de:

a) R$18.437,50.
b) R$18.830,62.
c) R$20.437,50.
d) R$20.830,62.

11. Uma Sociedade Empresária adquiriu, em 2.1.2015, um equipamento por R$20.000,00.

Estima-se que o equipamento será utilizado por quatro anos, e que seu valor residual é desprezível.

A depreciação é calculada pelo Método Linear.

Para fins fiscais, nesse caso hipotético, a legislação permite a depreciação em dois anos, utilizando-se o Método Linear.

Em razão da utilização do benefício fiscal, em 31.12.2015, a Sociedade Empresária apurou um Lucro Antes dos Tributos sobre o lucro de R$100.000,00 e um Lucro Tributável de R$95.000,00.

Considerando-se as disposições da NBC TG 32 (R2) – TRIBUTOS SOBRE O LUCRO e uma alíquota hipotética de tributos sobre o lucro de 20%, é CORRETO afirmar que, no exercício de 2015:

a) a Despesa Tributária Total soma R$19.000,00. Composta de R$20.000,00 de Despesa Tributária Corrente e R$1.000,00 de Receita Tributária Diferida.
b) a Despesa Tributária Total soma R$20.000,00. Composta de R$19.000,00 de Despesa Tributária Corrente e R$1.000,00 de Despesa Tributária Diferida.
c) a diferença entre depreciação contábil e fiscal gerou uma diferença temporária tributável de R$5.000,00, a qual resultou no registro de um Ativo Fiscal Diferido de igual valor.
d) a diferença entre depreciação contábil e fiscal gerou uma diferença temporária dedutível de R$5.000,00, a qual resultou no registro de um Passivo Fiscal Diferido de igual valor.

12. Uma Sociedade Empresária foi constituída em 1°.12.2015, com um capital subscrito no valor de R$150.000,00.

Durante o mês de dezembro de 2015, ocorreram os seguintes eventos:

Data	**Evento**
10.12.2015	Integralização de capital social de R$40.000,00, em dinheiro.
11.12.2015	Aquisição de mercadorias para revenda por R$20.000,00, a prazo, com vencimento para 31.3.2016. Nesse valor está incluído ICMS recuperável, no montante de R$3.600,00.
31.12.2015	Obtenção de empréstimo bancário no valor de R$90.000,00, a ser pago em 36 parcelas mensais iguais e sucessivas; a primeira vencível em 31.7.2016 e a última, em 30.6.2019. Os juros incidentes sobre a operação são pós-fixados e serão capitalizados mensalmente.
31.12.2015	Integralização de capital com a entrega de um imóvel, que será utilizado para instalação da sede. O imóvel recebido foi mensurado e reconhecido em R$70.000,00. Desses, R$30.000,00 são relativos ao terreno e R$40.000,00, à edificação.

O ciclo operacional da Sociedade Empresária é de doze meses, encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano.

Considerando-se os dados apresentados, é CORRETO afirmar que, na elaboração do Balanço Patrimonial levantado em 31.12.2015, o total do:

a) Ativo Circulante é de R$60.000,00.
b) Passivo Circulante é de R$35.000,00.
c) Passivo Não Circulante é de R$90.000,00.
d) Patrimônio Líquido é de R$150.000,00.

13. Uma Sociedade Empresária que atua na atividade comercial realizou quatro transações durante o período de 2015, referentes a serviços de manutenção predial, não consideradas como capitalizáveis ao imobilizado:

- ✓ Consumo de serviços no valor de R$30.000,00, com pagamento no período corrente.
- ✓ Pagamento de R$25.000,00, referentes a serviços que serão consumidos em 2016.
- ✓ Pagamento de R$12.000,00, referentes a serviços consumidos em 2014.
- ✓ Consumo de serviços no valor de R$13.000,00, para pagamento em 2016.

Considerando-se apenas as informações apresentadas, e de acordo com a Resolução CFC n.º 750/93 – PRINCÍPIOS DE CONTABILIDADE no que tange ao Princípio da Competência, é CORRETO afirmar que o valor da redução a ser reconhecida no resultado do período encerrado em 31.12.2015 é:

a) R$43.000,00.
b) R$67.000,00.
c) R$68.000,00.
d) R$80.000,00.

14. De acordo com a NBC TG 16 (R1) – ESTOQUES, na determinação do Valor Realizável Líquido, o valor estimado das comissões da equipe de vendas necessárias para se concretizar a venda dos itens estocados deve ser tratado como:

a) adição ao Custo.
b) não relacionada ao Valor Realizável Líquido.
c) redução do Custo.
d) redução do Valor Realizável Líquido.

15. Uma Sociedade Empresária apresentava, em 31.12.2014, os seguintes saldos nas contas do Patrimônio Líquido:

Conta	**Saldos em R$1,00**
Capital Subscrito	400.000
Capital a Integralizar	250.000
Reserva para Contingências	40.000
Reserva Legal	10.000

No ano de 2015, os seguintes eventos afetaram os saldos das contas do Patrimônio Líquido:

Eventos	**Valores em R$1,00**
Integralização de capital em dinheiro	200.000
Lucro do período	100.000
Destinação do lucro para Reserva Legal	5.000
Destinação do lucro para Reserva Estatutária	57.000
Destinação do lucro para Dividendos Obrigatórios	38.000

Considerando-se os dados apresentados, assinale a opção CORRETA que apresenta a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido compatível com os eventos ocorridos entre 1º.1.2015 e 31.12.2015.

a) **Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido em 31.12.2015 em R$1,00**

Histórico	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros	Total
Saldo em 31.12.2014	**150.000**	**40.000**	**10.000**	**200.000**
Integralização de Capital em dinheiro	200.000			200.000
Lucro Líquido do Período			100.000	100.000
Destinação do lucro para Reserva Legal			(5.000)	(5.000)
Destinação do lucro para Reserva Estatutária			(57.000)	(57.000)
Destinação do lucro para Dividendos Obrigatórios			(38.000)	(38.000)
Saldo em 31.12.2015	**350.000**	**40.000**	**10.000**	**400.000**

b) **Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido em 31.12.2015 em R$1,00**

Histórico	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros	Lucros Acumulados	Total
Saldo em 31.12.2014	**400.000**	**(250.000)**	**50.000**		**200.000**
Integralização de Capital em dinheiro		200.000			200.000
Lucro Líquido do Período				100.000	100.000
Destinação do lucro para Reserva Legal			5.000	(5.000)	
Destinação do lucro para Reserva Estatutária			57.000	(57.000)	
Destinação do lucro para Dividendos Obrigatórios				(38.000)	(38.000)
Saldo em 31.12.2015	**400.000**	**(50.000)**	**112.000**		**462.000**

c) **Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido em 31.12.2015 em R$1,00**

Histórico	Capital Social	Reservas de Lucros	Lucros Acumulados	Total
Saldo em 31.12.2014	**150.000**	**50.000**		**200.000**
Integralização de Capital em dinheiro	200.000			200.000
Lucro Líquido do Período			100.000	100.000
Destinação do lucro para Reserva Legal		5.000	(5.000)	
Destinação do lucro para Reserva Estatutária		57.000	(57.000)	
Destinação do lucro para Dividendos Obrigatórios			(38.000)	(38.000)
Saldo em 31.12.2015	**350.000**	**112.000**		**462.000**

d) **Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido em 31.12.2015 em R$1,00**

Histórico	Capital Social	Reservas de Lucros	Lucros Acumulados	Dividendos Obrigatórios	Total
Saldo em 31.12.2014	**650.000**	**50.000**			**700.000**
Integralização de Capital em dinheiro	200.000				200.000
Lucro Líquido do Período			100.000		100.000
Destinação do lucro para Reserva Legal		5.000	(5.000)		
Destinação do lucro para Reserva Estatutária		57.000	(57.000)		
Destinação do lucro para Dividendos Obrigatórios			(38.000)	38.000	
Saldo em 31.12.2015	**850.000**	**112.000**		**38.000**	**900.000**

16. Uma Sociedade Empresária vendeu um imóvel de uso, à vista, por R$200.000,00.

Na data da venda, a composição do valor contábil de R$52.500,00 desse imóvel era a seguinte:

✓ Custo de aquisição	R$500.000,00
✓ Depreciação acumulada	R$350.000,00
✓ Perda estimada para redução ao valor recuperável	R$97.500,00

Com base nos dados informados, o resultado líquido obtido com a venda do imóvel foi:

a) ganho de R$102.500,00.
b) ganho de R$147.500,00.
c) perda de R$150.000,00.
d) perda de R$300.000,00.

17. Uma Sociedade Empresária adquiriu um equipamento de uso por R$150.000,00 e pagou da seguinte forma: 30% à vista, em dinheiro, e o restante em três parcelas mensais e iguais sem juros. Nessa operação, houve incidência de 12% referentes ao ICMS não recuperável.

Para a contabilização da operação, não foi considerado o Ajuste a Valor Presente por não ser relevante.

Após a contabilização dessa operação, o patrimônio da Sociedade Empresária evidenciará um aumento líquido:

a) no Passivo, de R$ 45.000,00.
b) em Fornecedores Nacionais, de R$45.000,00.
c) em Máquinas e Equipamentos, de R$105.000,00.
d) no Ativo, de R$105.000,00.

18. Uma Sociedade Empresária efetuou o recebimento por caixa de uma duplicata no valor de R$10.000,00, paga em atraso, com incidência de juros de mora no valor de R$500,00, o que totalizou um recebimento de R$10.500,00.

O registro contábil do recebimento dessa duplicata é:

a)

Débito:	Duplicatas a Receber	R$10.500,00
Crédito:	Caixa	R$10.000,00
Crédito:	Juros de Mora – Despesas Financeiras	R$500,00

b)

Débito:	Caixa	R$10.500,00
Crédito:	Juros de Mora – Despesas Financeiras	R$500,00
Crédito:	Duplicatas a Receber	R$10.000,00

c)

Débito:	Duplicatas a Receber	R$10.500,00
Crédito:	Juros de Mora – Receita Financeira	R$500,00
Crédito:	Caixa	R$10.000,00

d)

Débito:	Caixa	R$10.500,00
Crédito:	Juros de Mora – Receita Financeira	R$500,00
Crédito:	Duplicatas a Receber	R$10.000,00

19. Em 15.8.2016, uma Sociedade Empresária comprou mercadorias para revenda, no valor de R$156.000,00, para pagamento em 31.8.2016. No valor de R$156.000,00, está incluído o ICMS recuperável calculado à alíquota de 17%.

A empresa adota o Regime de Incidência Cumulativo de PIS e Cofins, com as alíquotas de 0,65% e 3%, respectivamente.

Considerando-se as informações apresentadas, assinale a opção que apresenta o lançamento contábil CORRETO dessa operação.

a)	Débito:	Mercadorias para Revenda – Estoques	R$129.480,00
	Débito:	ICMS a Recuperar	R$26.520,00
	Crédito:	Fornecedores Nacionais	R$156.000,00

b)	Débito:	Mercadorias para Revenda – Estoques	R$150.306,00
	Débito:	PIS a Recuperar	R$1.014,00
	Débito:	Cofins a Recuperar	R$4.680,00
	Crédito:	Fornecedores Nacionais	R$156.000,00

c)	Débito:	Mercadorias para Revenda – Estoques	R$128.466,00
	Débito:	PIS a Recuperar	R$1.014,00
	Débito:	ICMS a Recuperar	R$26.520,00
	Crédito:	Fornecedores Nacionais	R$156.000,00

d)	Débito:	Mercadorias para Revenda – Estoques	R$123.786,00
	Débito:	PIS a Recuperar	R$1.014,00
	Débito:	Cofins a Recuperar	R$4.680,00
	Débito:	ICMS a Recuperar	R$26.520,00
	Crédito:	Fornecedores Nacionais	R$156.000,00

20. Em 31.12.2015, uma Sociedade Empresária contratou uma empresa que presta serviços de jardinagem para efetuar a manutenção de seus jardins.

O contrato firmado prevê pagamento total de R$60.000,00 pela prestação de serviços de jardinagem durante o período de 1º.1.2016 a 30.6.2016.

A Sociedade Empresária pagou, no ato da contratação, o valor total de R$60.000,00.

Ambas as entidades apropriam mensalmente despesas e receitas.

De acordo com a NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL – ESTRUTURA CONCEITUAL PARA A ELABORAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE RELATÓRIO CONTÁBIL-FINANCEIRO e considerando-se todas as informações apresentadas, assinale a alternativa CORRETA.

a) Em 31.12.2015, a contratante registra um aumento líquido de R$60.000,00 no Ativo Circulante**.**
b) Em 31.12.2015, a contratante registra, no resultado, Despesas com Jardinagem no valor de R$60.000,00**.**
c) Em 31.12.2015, a contratada registra um aumento líquido de R$60.000,00 no Passivo Circulante**.**
d) Em 31.12.2015, a contratada registra, no resultado, Receita com Prestação de Serviços no valor de R$60.000,00**.**

21. Uma Construtora, cuja moeda funcional é o Real (R$), importou um guindaste para utilização em sua atividade de construção civil, pelo período de 10 anos.

Considere que a moeda de realização da transação de compra é uma moeda hipotética denominada Estrangeiro (ES$).

O guindaste foi adquirido por ES$15.000,00, com pagamento previsto para 31.8.2016.

Por ocasião do desembaraço aduaneiro, em 30.6.2016, a Construtora incorreu em gastos no valor total de R$5.000,00, referentes a impostos de importação, não recuperáveis, pagos à vista.

O guindaste foi colocado em uso em 1º.7.2016.

As cotações do ES$ no período foram:

Data	Cotação do ES$
30.6.2016	1ES$ = R$4,00
31.7.2016	1ES$ = R$5,00
31.8.2016	1ES$ = R$6,00

Considerando-se somente as informações apresentadas, e o disposto na NBC TG 02 (R1) – EFEITOS DAS MUDANÇAS NAS TAXAS DE CÂMBIO E CONVERSÃO DE DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS e NBC TG 27 (R3) – ATIVO IMOBILIZADO, é CORRETO afirmar que:

a) em 30.6.2016, o Passivo Circulante da empresa apresentou valor total de R$90.000,00.
b) em 30.6.2016, o Ativo Não Circulante – Imobilizado totalizou o valor de R$55.000,00.
c) em 30.6.2016, no Resultado, deve ser considerado como despesa com imposto de importação o valor de R$5.000,00.
d) em 30.6.2016, o Ativo Não Circulante – Imobilizado totalizou o valor de R$65.000,00.

22. Uma Sociedade Empresária que desenvolve atividades rurais apresentou a seguinte posição em 31.12.2015:

Ativo Não Circulante – Imobilizado

Colheitadeiras	R$2.600.000,00
Depreciação Acumulada	R$1.440.000,00

Informações:

- ✓ As colheitadeiras foram adquiridas e estavam disponível para uso na mesma data; o valor residual do grupo de colheitadeiras é de R$200.000,00 e a vida útil prevista é de 10 anos.
- ✓ A partir de 1º.1.2016, essas colheitadeiras passaram a ser classificadas no grupo Ativo Não Circulante Mantido para Venda, pois foram desativadas em função da aquisição de outras colheitadeiras mais modernas.
- ✓ Em 1º.1.2016, o valor justo menos as despesas de venda das antigas colheitadeiras foi estimado em R$1.500.000,00.
- ✓ Em 31.3.2016, as colheitadeiras antigas foram vendidas por R$1.300.000,00 à vista.

Considerando-se as informações apresentadas e a NBC TG 31 (R3) – ATIVO NÃO CIRCULANTE MANTIDO PARA VENDA E OPERAÇÃO DESCONTINUADA, na venda das colheitadeiras a Sociedade Empresária apresentou:

a) perda de R$60.000,00.
b) ganho de R$140.000,00.
c) ganho de R$200.000,00.
d) perda de R$200.000,00.

23. Uma Indústria fabrica dois produtos, denominados “A” e “B”, e utiliza o Método de Custeio por Absorção para apuração do custo dos seus produtos.

A Indústria apresentou os seguintes dados da sua produção:

Dados	**Produto “A”**	**Produto “B”**
Matéria-prima consumida	R$12,00 por unidade	R$32,00 por unidade
Mão de obra direta	R$30,00 por unidade	R$60,00 por unidade
Produção acabada no período	1.000 unidades	1.500 unidades
Custo fixo no período	R$60.000,00	

- ✓ Os custos fixos são apropriados aos produtos na proporção do valor total da matéria-prima consumida.

- ✓ Os dados apresentados representam o volume normal de produção.

Considerando-se apenas as informações apresentadas, o custo unitário de produção do produto “A” é de:

a) R$72,00.
b) R$66,00.
c) R$57,00.
d) R$54,00.

24. Uma Indústria apresentou os seguintes gastos no mês de dezembro de 2015:

Gastos	Valor
Aquisição de matéria-prima	R$1.100,00
Frete sobre compra de matéria-prima	R$40,00
Seguro sobre compra de matéria-prima	R$30,00
Mão de Obra Direta	R$500,00
Mão de Obra Indireta	R$200,00
Propaganda	R$200,00

Observações sobre os eventos:

- ✓ A aquisição de matéria-prima ocorreu no dia 10.12.2015, mediante Nota Fiscal com valor total de R$1.100,00, na qual constava o destaque de R$100,00 em tributos recuperáveis e R$100,00 em tributos não recuperáveis.
- ✓ Os gastos com frete e seguro foram realizados para que a matéria-prima chegasse até a entidade e foram pagos pela Indústria adquirente. Sobre esses gastos não houve incidência de tributos não cumulativos.
- ✓ Toda a matéria-prima adquirida foi processada e convertida em produtos acabados durante o mês, mediante a utilização de R$500,00 de mão de obra direta e R$200,00 de mão de obra indireta.
- ✓ No início do período, a Indústria não possuía estoque de nenhum tipo.
- ✓ A propaganda foi contratada e realizada durante o período.
- ✓ A Indústria adota o Método de Custeio por Absorção e o volume de produção foi normal.

Considerando-se que não houve nenhuma venda no período e diante apenas das informações apresentadas, o valor do Estoque de Produtos Acabados, em 31.12.2015, é de:

a) R$1.970,00.
b) R$1.840,00.
c) R$1.770,00.
d) R$1.640,00.

25. Em 1º.7.2016, uma Indústria apresentou os seguintes dados:

- ✓ Estoque de 100 unidades de produtos acabados no montante total de R$500.000,00
- ✓ Estoque de Matéria-prima no montante de R$200.000,00

Durante o mês de julho de 2016, não ocorreu nenhuma venda, e os gastos apresentados pela Indústria foram:

✓ Gastos com matéria-prima	R$175.000,00
✓ Gastos com propaganda	R$50.000,00
✓ Gastos com mão de obra	R$300.000,00
✓ Gastos com depreciação de máquinas	R$80.000,00
✓ Gastos com energia elétrica da indústria	R$120.000,00

No mês de julho de 2016, foram iniciadas 250 unidades e acabadas 50 unidades.

Toda a matéria-prima necessária para a produção das 250 unidades já foi alocada, tanto às unidades acabadas quanto às unidades em elaboração.

Para fins de alocação dos demais custos, o processo de fabricação das 200 unidades em elaboração encontra-se em um estágio de 25% de acabamento.

Considerando-se que a Indústria adota o Custeio por Absorção, o saldo final do Estoque de Produtos Acabados, em 31.7.2016, é de:

a) R$785.000,00.
b) R$810.000,00.
c) R$675.000,00.
d) R$600.000,00.

26. Considere que, em uma determinada Prefeitura Municipal, o fato gerador do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU tenha ocorrido no dia 1º.1.2016, mas o recebimento venha a ocorrer apenas a partir de março, com descontos regressivos ao longo do exercício.

Com base nessa situação e no que dispõe Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP –, assinale a opção que apresenta o CORRETO reconhecimento patrimonial da Variação Patrimonial Quantitativa em 1º.1.2016.

a)
Débito: 1.1.2.1.x.xx.xx Créditos Tributários a Receber (P)
Crédito: 1.1.1.1.1.xx.xx Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Nacional (F)

b)
Débito: 4.1.1.2.x.xx.xx Impostos Sobre Patrimônio e a Renda
Crédito: 1.1.2.1.x.xx.xx Créditos Tributários a Receber (P)

c)
Débito: 1.1.2.1.x.xx.xx Créditos Tributários a Receber (P)
Crédito: 4.1.1.2.x.xx.xx Impostos Sobre Patrimônio e a Renda

d)
Débito: 1.1.1.1.1.xx.xx Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Nacional (F)
Crédito: 1.1.2.1.x.xx.xx Créditos Tributários a Receber (P)

27. De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, os estoques são ativos na forma de materiais ou suprimentos a serem usados no processo de produção, ou na forma de materiais ou suprimentos a serem usados ou distribuídos na prestação de serviços, ou mantidos para a venda ou distribuição no curso normal das operações ou ainda usados no curso normal das operações.

Os estoques são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição/produção/construção ou valor realizável líquido, dos dois o menor.

Os gastos de distribuição e de administração geral relacionados ao estoque são considerados como Variações Patrimoniais Diminutivas – VPD do período em que ocorrerem e não como custo dos estoques.

De acordo com o exposto, assinale o item que apresenta um exemplo que NÃO é reconhecido como Variação Patrimonial Diminutiva – VPD do período em que é realizado.

a) Quantias anormais de materiais desperdiçados, de mão de obra ou de outros custos de produção.
b) Custos de armazenamento, a menos que sejam necessários no processo de produção antes de uma nova fase de produção.
c) Despesas gerais administrativas que não contribuam para colocar os estoques no seu local e na sua condição atual.
d) Custo incorrido com transporte de matéria-prima para utilização no processo de produção.

28. Com base no Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP, as contas contábeis são classificadas segundo a natureza das informações que evidenciam.

De acordo com o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP, assinale a opção que apresenta apenas contas de natureza orçamentária.

a) Empréstimos e Financiamentos Concedidos; Crédito Disponível; Pessoal a Pagar.
b) Execução de Obrigações Contratuais; Perdas com Alienação de Imobilizado; Restos a pagar processados inscritos.
c) Previsão Inicial de Receita; Dotação Orçamentária; Restos a pagar processados inscritos.
d) Restos a Pagar não processados inscritos; Execução de Outros Atos Potenciais Ativos; Créditos Tributários a Receber.

29. Uma Sociedade Empresária apresentou, em 30.6.2016, os seguintes dados retirados do seu Balancete de Verificação e a fórmula de Liquidez Geral:

Dados	Valor
Bancos Conta Movimento	R$192.000,00
Capital Subscrito	R$1.440.000,00
Duplicatas a Receber – Curto Prazo	R$144.000,00
Duplicatas a Receber – Longo Prazo	R$460.800,00
Duplicatas Descontadas – Curto Prazo	R$32.000,00
Empréstimos Concedidos – Longo Prazo	R$307.200,00
Empréstimos Obtidos – Curto Prazo	R$160.000,00
Estoques – Curto Prazo	R$576.000,00
Fornecedores – Curto Prazo	R$112.000,00
Terrenos de Uso	R$64.000,00

$$\text{Liquidez Geral} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Ativo Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

Considerando-se apenas os dados apresentados, é CORRETO afirmar que o Índice de Liquidez Geral é de, aproximadamente:

a) 0,96.
b) 2,25.
c) 5,53.
d) 6,29.

30. No mês de agosto de 2016, a Indústria "A" produziu 600 unidades de um determinado produto e apresentou a seguinte composição do custo de produção:

Itens	Valor
Matéria-prima	R$84.000,00
Mão de Obra Direta	R$336.000,00
Custos Fixos	R$132.000,00

Para apurar o custo de produção, adota-se o Custeio por Absorção.

No início do mês de setembro de 2016, a Indústria recebe uma proposta para adquirir 600 peças semiacabadas da Indústria "B" a um custo de R$850,00 por unidade, e mais um frete de R$40,00 por unidade.

Para processar e acabar esse lote adquirido da Indústria "B", em vez de produzir integralmente o lote de peças internamente, a Indústria "A" incorreria nos seguintes custos:

Itens	Valor
Matéria-prima	R$9.000,00
Mão de Obra Direta	R$6.000,00
Custos Fixos	R$11.400,00

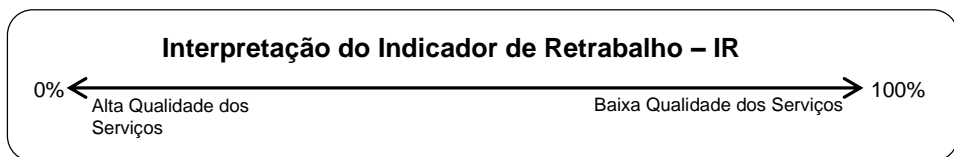
Diante das informações apresentadas, assinale a alternativa CORRETA.

a) A Indústria "A" deve recusar a proposta, pois o custo unitário da peça será de R$915,00, que é maior do que o custo atual, no valor de R$700,00.
b) A Indústria "A" deve aceitar a proposta, pois, com redução dos custos de fabricação, o custo unitário da peça será de R$894,00, que é menor que o custo atual, no valor de R$920,00.
c) A Indústria "A" deve aceitar a proposta, pois o custo unitário de cada peça será de R$890,00, que é menor que o custo atual, no valor de R$920,00.
d) A Indústria "A" deve recusar a proposta, pois o custo unitário da peça será de R$934,00, que é maior do que o custo atual, no valor de R$920,00.

31. Um coordenador de manutenção, desejoso por verificar a qualidade dos serviços de sua equipe, desenvolveu alguns indicadores de desempenho, entre os quais o Indicador de Retrabalho – IR.

Os serviços realizados por sua equipe não envolvem a aplicação de material, e todas as reclamações apresentadas pelos seus exigentes clientes são analisadas pelo coordenador técnico.

Em caso de reclamação procedente, os custos de retrabalho são cobertos integralmente pela entidade, que refaz o trabalho já realizado anteriormente, sem custas para o cliente.

O Indicador de Retrabalho – IR, segundo o coordenador, deve ser interpretado de acordo com a lógica representada pela figura a seguir:

A quantidade de serviços refeitos em um período corrente, mas referente a um período anterior, é imaterial e não necessita, segundo análise do coordenador, de segregação. Esses casos são acatados como do próprio período em análise.

Considerando-se apenas as informações apresentadas, assinale, entre as fórmulas abaixo, aquela que corresponde a uma medição para o Indicador de Retrabalho – IR mencionado, cuja unidade de medida seja porcentagem dos serviços refeitos em relação ao total de serviços realizados no mesmo período.

a) $\text{IR} = \frac{\text{número de serviços refeitos no período}}{\text{número total de serviços realizados no período}} \text{x}100$

b) $\text{IR} = \frac{\text{número total de serviços realizados no período}}{\text{número de serviços refeitos no período}} \text{x}100$

c) $\text{IR} = (\frac{\text{número total de serviços realizados no período atual}}{\text{número total de serviços realizados no período anterior}} \text{x}100) - 100$

d) $\text{IR} = (\frac{\text{número total de serviços refeitos no período atual}}{\text{número total de serviços refeitos no período anterior}} \text{x}100) - 100$

32. Uma Indústria estimou que no ano de 2017 irá comercializar 200.000 unidades de um único tipo de produto e, para fins de Planejamento Estratégico, necessita elaborar seu Orçamento de Vendas.

A área de Controladoria precisou apresentar, em 14.10.2016, o Orçamento de Vendas para o 1º. trimestre de 2017 e determinou as seguintes estimativas:

Mês	Previsão de Vendas
Janeiro	10% do volume anual
Fevereiro	5% do volume anual
Março	20% do volume anual

Para efeitos de projeção do Orçamento de Vendas, a área de Controladoria considerou as seguintes informações adicionais:

- ✓ Preço de venda unitário: R$30,00
- ✓ Tributos incidentes sobre as vendas: 20%
- ✓ Previsão de devolução de vendas: 5% ao mês
- ✓ Os tributos serão calculados sobre as vendas e devoluções de vendas

Considerando-se apenas os dados apresentados e de acordo com o Orçamento de Vendas, a Receita Líquida prevista para o 1º. trimestre de 2017 é de:

a) R$2.100.000,00.
b) R$1.680.000,00.
c) R$1.596.000,00.
d) R$1.575.000,00.

33. Com relação ao Código Civil – Lei n.º 10.406, de 10.1.2002 –, especificamente em relação à caracterização, inscrição e capacidade do Empresário, julgue os itens abaixo como Verdadeiros (V) ou Falsos (F) e, em seguida, assinale a opção **CORRETA**.

I. Podem exercer a atividade de empresário aqueles que estiverem em pleno gozo da capacidade civil e não forem legalmente impedidos; porém, a pessoa legalmente impedida de exercer atividade própria de empresário, se a exercer, responderá pelas obrigações contraídas.
II. Além de no Registro Civil, serão arquivados e averbados no Registro Público de Empresas Mercantis, os pactos e declarações antenupciais do empresário, o título de doação, herança, ou legado, de bens clausulados de incomunicabilidade ou inalienabilidade.
III. Os cônjuges podem contratar sociedade, entre si ou com terceiros, desde que não tenham se casado no regime da comunhão universal de bens ou no da separação obrigatória.
IV. É obrigatório a inscrição do empresário no registro público de empresas mercantis da respectiva sede antes do início de sua atividade.

A sequência CORRETA é:

a) F, V, F, V.
b) F, V, V, V.
c) V, F, V, F.
d) V, V, V, V.

34. Uma Sociedade Empresária optante pelo Lucro Presumido apura seus tributos sobre o lucro trimestralmente.

Em um determinado trimestre, apurou uma base de cálculo, ou seja, um Lucro Presumido, para o Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica – IRPJ, no valor de R$350.000,00.

De acordo com a Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil n.º 1.515, de 24 de novembro de 2014:

> Art. 2º O imposto sobre a renda será devido à medida que os rendimentos, ganhos e lucros forem sendo auferidos.
> § 1º A base de cálculo do imposto sobre a renda será determinada através de períodos de apuração trimestrais, encerrados nos dias 31 de março, 30 de junho, 30 de setembro e 31 de dezembro de cada ano-calendário, de acordo com as regras previstas na legislação de regência e as normas desta Instrução Normativa.
> § 2º A base de cálculo do imposto sobre a renda será determinada com base no lucro real, presumido ou arbitrado.
> § 2º-A A alíquota do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) é de 15% (quinze por cento).
> § 3º A parcela do lucro real, presumido ou arbitrado que exceder o valor resultante da multiplicação de R$20.000,00 (vinte mil reais) pelo número de meses do respectivo período de apuração, sujeita-se à incidência de adicional de imposto sobre a renda à alíquota de 10% (dez por cento).
> § 4º O valor do adicional será recolhido integralmente, não sendo permitidas quaisquer deduções.

Com base apenas nas informações apresentadas, assinale a opção CORRETA que indica o valor referente ao Imposto sobre a Renda Corrente do trimestre, ou seja, o valor a ser pago por essa Sociedade Empresária referente a esse período:

a) R$52.500,00.
b) R$81.500,00.
c) R$85.500,00.
d) R$87.500,00.

35. Uma Sociedade Empresária, não optante pelo Simples Nacional, tem um empregado em julho de 2016, com salário mensal de R$1.200,00, que não fez horas extras nesse mês nem faltou ao trabalho nesse mês.

O empregado tem um filho menor de 14 anos de idade.

A Tabela a seguir apresenta a faixa de remuneração e o montante do Salário Família a que os empregados têm direito a partir de 1º.1.2016.

Remuneração (R$)	Valor do Salário Família (R$)
até R$806,80	R$41,37
de R$806,81 até R$1.212,64	R$29,16
Acima de R$1.212,64	Não tem direito ao Salário Família

A Sociedade Empresária retém do empregado a Contribuição Previdenciária conforme Tabela a seguir, que apresenta o salário-de-contribuição e alíquota de INSS vigente a partir de 1º.1.2016.

Salário-de-contribuição (R$)	Alíquota INSS (%)
até R$1.556,94	8,00
de R$1.556,95 até R$2.594,92	9,00
de R$2.594,93 até R$5.189,82	11,00

Nesse caso hipotético, não há incidência de Imposto de Renda sobre a remuneração do empregado.

Com base nos dados apresentados, o valor líquido a ser pago diretamente ao Empregado, referente ao mês de julho, é de:

a) R$1.130,83.
b) R$1.133,16.
c) R$1.200,00.
d) R$1.229,16.

36. Uma Sociedade Empresária vendeu um equipamento no dia 31.12.2015.

As condições de venda não explicitam cobrança de juros e definem que, do total de R$28.125.000,00 cobrado, 18% serão recebidos à vista e o saldo restante dividido em três parcelas anuais iguais e sucessivas, vincendas ao final do primeiro, segundo e terceiro anos, respectivamente.

Apesar da não explicitação das condições de venda, é observada uma taxa de juros imputada de 10% ao ano, quando comparada com a condição de mercado, que, se aplicada, deve utilizar a tabela de coeficientes multiplicadores de desconto a seguir.

Coeficiente multiplicador de desconto com aplicação da taxa de 10% ao ano

Período 0	1,00000
Período 1	0,90909
Período 2	0,82645
Período 3	0,75131
Período 4	0,68301

Considerando-se a NBC TG 12 – AJUSTE A VALOR PRESENTE, a NBC TG 30 – RECEITAS e as informações apresentadas, o valor da receita com vendas desse equipamento, em 31.12.2015, é de, aproximadamente:

a) R$30.431.250,00.
b) R$26.028.388,13.
c) R$24.180.159,39.
d) R$22.389.586,88.

37. Em 31.1.2016, uma Sociedade Empresária efetuou uma venda a longo prazo com as seguintes condições:

✓ Valor da venda a prazo	R$20.000,00
✓ Prazo para recebimento	14 meses
✓ Quantidade de parcelas	1 parcela
✓ Taxa de juros imputada	2% ao mês
✓ Sistema de capitalização	Juros compostos

Para atendimento às Normas Brasileiras de Contabilidade, a Sociedade Empresária registra a receita financeira a apropriar, a crédito de Juros a Apropriar (conta redutora das Contas a Receber, classificada no longo prazo).

Mensalmente, a receita financeira relativa ao período é reconhecida no resultado, proporcionalmente ao tempo transcorrido e utilizando-se a taxa de juros imputada.

Considerando-se as informações apresentadas, a parcela da receita financeira reconhecida no resultado, em fevereiro de 2016, é de, aproximadamente:

a) R$303,15.
b) R$312,50.
c) R$345,89.
d) R$400,00.

38. Uma Sociedade Empresária mensura suas propriedades para investimento ao Valor Justo, tal como previsto pela NBC TG 28 (R3) – PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO, mas deixou de apresentar, em sua nota de conciliação dos valores contábeis da Propriedade de Investimento no início e no fim do período, o item “ganhos ou perdas líquidos provenientes de ajustes de valor justo”.

Essa omissão restringiu a capacidade analítica do usuário e, entre outras perdas de qualidade, prejudicou o valor confirmatório.

De acordo com o disposto pela NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL – ESTRUTURA CONCEITUAL PARA ELABORAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE RELATÓRIO CONTÁBIL-FINANCEIRO, o valor confirmatório é uma das marcas da característica qualitativa da:

a) Materialidade.
b) Relevância.
c) Representação Fidedigna.
d) Tempestividade.

39. De acordo com a NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL – ESTRUTURA CONCEITUAL PARA A ELABORAÇÃO E DIVULGAÇÃO DO RELATÓRIO CONTÁBIL-FINANCEIRO, no que se refere ao reconhecimento dos elementos das Demonstrações Contábeis, é **CORRETO** afirmar que:

a) um ativo deve ser reconhecido no Balanço Patrimonial quando os gastos incorridos não proporcionarem a expectativa provável de geração de benefícios econômicos futuros.

b) um passivo deve ser reconhecido no Balanço Patrimonial quando for remota a possibilidade de uma saída de recursos para sua quitação e seu valor não puder ser estimado com confiabilidade.

c) uma despesa corresponde a um decréscimo nos benefícios econômicos durante o período contábil, sob a forma da saída de recursos ou da redução de ativos ou assunção de passivos que resultam em decréscimo do patrimônio líquido, e que não estejam relacionados com distribuições aos detentores dos instrumentos patrimoniais.

d) uma receita deve ser reconhecida quando resultar em diminuição nos benefícios econômicos durante o período contábil, sob a forma da entrada de recursos ou do aumento de passivos que resultam em diminuição do patrimônio líquido, e que não estejam relacionados com a contribuição dos detentores dos instrumentos patrimoniais.

40. Considerando-se o que dispõe a NBC PG 100 – APLICAÇÃO GERAL AOS PROFISSIONAIS DA CONTABILIDADE, a respeito do Sigilo Profissional, analise as situações hipotéticas a seguir e, em seguida, assinale a opção **CORRETA**.

I. Um profissional da contabilidade que atua como consultor na área de custos, em entrevista de negociação para contrato de prestação de serviços a cliente potencial, teve acesso a informações de caráter sigiloso a respeito de detalhes da estrutura de custos de produção de seu potencial contratante. Uma vez que as negociações não resultaram em contratação de seus serviços, o profissional considerou-se desobrigado de guardar sigilo profissional, revelando as informações obtidas a seu cunhado, que pretende montar uma empresa no mesmo ramo de atividade.

II. Um profissional de contabilidade, durante um coquetel de lançamento de novos produtos, comentou com um colega do departamento de *marketing* informações a que teve acesso, no exercício de suas funções, sobre a empresa em que ambos trabalham. As informações fornecidas ao colega do *marketing* não são de conhecimento público, e não seriam obtidas em condições normais por um funcionário estranho ao departamento de contabilidade.

III. Um auditor independente forneceu ao Conselho Regional de Contabilidade, mediante solicitação fundamentada e por escrito, informações obtidas durante o seu trabalho, incluindo-se a fase de pré-contratação dos serviços, a documentação, os papéis de trabalho e os relatórios.

De acordo com as situações acima descritas, o Profissional da Contabilidade agiu de forma CORRETA em relação ao princípio do sigilo profissional na(s) situação(ões) descrita(s) no(s) item(ns):

a) I, II e III.
b) I e II, apenas.
c) II e III, apenas.
d) III, apenas.

41. De acordo com a Resolução CFC n.º 750/93 – PRINCÍPIOS DE CONTABILIDADE, assinale a alternativa **CORRETA**.

a) O Princípio da Competência determina que as receitas e as despesas devem ser incluídas na apuração do resultado do período em que, efetivamente, ocorrerem os recebimentos ou pagamentos respectivos, de acordo com o regime de caixa, sendo lançadas as despesas mediante o pagamento dos gastos e a receita mediante o recebimento de entradas em caixa.
b) O Princípio da Continuidade pressupõe que a entidade deverá existir durante o prazo em que o Ativo for superior ao Passivo e terá seu patrimônio contabilizado a Custo Corrente.
c) O Princípio da Oportunidade refere-se ao processo de mensuração e apresentação dos componentes patrimoniais para produzir informações íntegras e tempestivas. A falta de integridade e tempestividade na produção e na divulgação da informação contábil pode ocasionar a perda de sua relevância, por isso é necessário ponderar a relação entre a oportunidade e a confiabilidade da informação.
d) O Princípio da Prudência determina a adoção entre duas ou mais hipóteses de realização possível de um item, e deve ser utilizada aquela que representar um maior Ativo ou um menor Passivo.

42. Uma Sociedade Empresária tem por política substituir cada máquina utilizada na produção após 5 anos de uso.
Para uma determinada máquina adquirida em julho de 2016, foram apuradas as seguintes informações de vida útil:

✓ Vida útil média informada pelo fabricante	15 anos
✓ Durabilidade média apurada pelas publicações técnicas especializadas	12 anos

Existe, na legislação tributária vigente, a possibilidade de se utilizar um período de 3 anos para depreciação, independentemente do real tempo de uso da máquina pela Sociedade Empresária.

Considerando-se os dados informados, e de acordo com a NBC TG 27 (R3) – ATIVO IMOBILIZADO, a vida útil da máquina a ser adotada, para fins de registro contábil da depreciação, será de:

a) três anos, por ser o período de tempo admitido pela legislação tributária vigente, sem revisão anual.
b) cinco anos, por ser o período de tempo durante o qual a entidade espera utilizar o ativo, sujeito a revisão anual.
c) doze anos, por ser a durabilidade média apurada pelas publicações técnicas especializadas, sujeito a revisão anual.
d) quinze anos, por ser o prazo médio de vida útil informado pelo fabricante, sem revisão anual.

43. De acordo com a NBC TG 28 (R3) – PROPRIEDADE PARA INVESTIMENTO, **NÃO** é exemplo de propriedade para investimento:

a) propriedade arrendada a outra entidade sob arrendamento financeiro.
b) terreno mantido para futuro uso correntemente indeterminado.
c) terreno mantido para valorização de capital a longo prazo.
d) propriedade que esteja sendo construída ou desenvolvida para futura utilização como propriedade para investimento.

44. Uma equipe de Profissionais de Auditoria Independente foi contratada para auditar as Demonstrações Contábeis de uma Sociedade Empresária cuja atividade é a compra e venda de mercadorias.

Ao realizar os procedimentos de auditoria no estoque de mercadorias, os Profissionais de Auditoria confeccionaram o seguinte papel de trabalho:

Mercadoria	Quantidade inventariada	Custo de aquisição	Valor Realizável Líquido (total)
I	80 unidades	R$100,00 por unidade	R$10.000,00
II	15 unidades	R$120,00 por unidade	R$1.500,00
III	23 unidades	R$180,00 por unidade	R$4.500,00
IV	42 unidades	R$250,00 por unidade	R$15.000,00

A quantidade inventariada corresponde exatamente à quantidade de mercadorias constantes no sistema informatizado de controle de estoques.

Após avaliar as informações evidenciadas no papel de trabalho e considerando-se que a empresa não havia realizado nenhum ajuste, os Profissionais de Auditoria devem requerer à Sociedade Empresária que faça um:

a) ajuste equivalente ao aumento no montante de R$4.500,00, referente ao saldo do estoque da Mercadoria IV.
b) ajuste equivalente à redução no montante de R$360,00, referente ao saldo do estoque da Mercadoria III.
c) ajuste equivalente à redução no montante de R$300,00, referente ao saldo do estoque da Mercadoria II.
d) ajuste equivalente ao aumento no montante de R$2.000,00, referente ao saldo do estoque da Mercadoria I.

45. Um auditor realizou trabalhos de auditoria contábil e obteve evidência de auditoria apropriada e suficiente.

Detectou, todavia, que a entidade auditada não houvera conduzido os testes para determinação do Valor Realizável Líquido em seus Estoques, de acordo com o determinado pela NBC TG 16 (R1) – ESTOQUES.

Apesar de seus questionamentos, os referidos testes seguiram sem realização. A sua análise o conduziu a concluir que a distorção é relevante, mas não generalizada nas Demonstrações Contábeis.

Quanto aos demais itens examinados, concluiu que, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo estavam de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro – IFRS emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*.

Diante apenas das informações apresentadas e de acordo com a NBC TA 700 – FORMAÇÃO DA OPINIÃO E EMISSÃO DO RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS e com a NBC TA 705 – MODIFICAÇÕES NA OPINIÃO DO AUDITOR INDEPENDENTE, deve o auditor:

a) expressar uma opinião não modificada.
b) expressar uma opinião com ressalva.
c) expressar uma opinião adversa.
d) abster-se de expressar uma opinião.

46. Uma Sociedade Empresária que atua no ramo de distribuição de bebidas efetua vendas aos seus clientes com a utilização de cobrança bancária para as vendas a prazo e recebimento das vendas à vista em dinheiro em sua sede.

Os Auditores Independentes contratados para prestar os serviços de auditoria nessa Sociedade Empresária realizaram Teste de Controle no primeiro dia de trabalho, efetuando a contagem física do Caixa, e confeccionaram o seguinte papel de trabalho:

Relatório da Contagem de Caixa efetuada em 5.8.2016, às 7 horas

Valor em dinheiro	R$5.000,00
Adiantamentos (vales) concedidos a empregados	R$3.500,00

Documentos e Registros mantidos pelo Financeiro da Empresa

Saldo Inicial do Caixa em 4.8.2016	R$0,00
NF 231 emitida e recebida em 4.8.2016 em dinheiro	R$15.000,00
NF 232 emitida e recebida em 4.8.2016 em dinheiro	R$30.000,00
Recibo de depósito bancário efetuado em 4.8.2016	R$25.000,00

Considerando-se a NBC TA 330 – RESPOSTA DO AUDITOR AOS RISCOS AVALIADOS e aplicação do Teste de Controle, o resultado apurado foi:

a) falta de Caixa no montante de R$11.500,00.
b) sobra de Caixa no montante de R$16.500,00.
c) falta de Caixa no montante de R$20.000,00.
d) sobra de Caixa no montante de R$36.500,00.

47. Em uma questão judicial envolvendo a cobrança de uma dívida, o Perito Contador foi chamado a calcular o saldo devedor de um empréstimo com os seguintes dados:

Valor do empréstimo concedido	R$200.000,00
Data da liberação do empréstimo	31.5.2012
Encargos Contratuais	Juros compostos de 1% a.m.
Vencimento do Empréstimo	31.5.2013
Pagamento	Parcela única, no vencimento do empréstimo, juntamente com os juros

O devedor realizou duas amortizações parciais sendo a primeira de R$50.000,00 em 31.5.2013 e a segunda de R$60.000,00 em 31.5.2016.

Para fins de análise da questão, um dos quesitos formulados pelo Juiz indagava qual o saldo final em 31.5.2016, com aplicação dos encargos contratuais até o vencimento, e juros simples de 1% ao mês calculados sobre o saldo da dívida em 31.5.2013, para o período seguinte.

Com base nos dados apresentados, o valor a ser informado em resposta ao quesito formulado é de aproximadamente:

a) R$196.496,41.
b) R$178.496,41.
c) R$169.872,31.
d) R$156.896,41.

48. Em uma decisão de liquidação de sentença no valor de R$85.000,00, o Juiz determinou que o Perito Contador calculasse o valor devido com incidência de juros moratórios, calculados com juros simples, nos seguintes períodos e parâmetros:

Período	Juros
1º.2.2001 a 31.3.2002	0,5% ao mês
1º.4.2002 a 31.12.2002	1,0% ao mês

Considerando-se o mês comercial de 30 dias, na situação apresentada, o valor total devido, acrescido dos juros moratórios, será de:

a) R$86.275,00.
b) R$98.600,00.
c) R$99.135,50.
d) R$99.662,50.

49. Com base na NBC TP 01 – PERÍCIA CONTÁBIL, associe os procedimentos periciais elencados na primeira coluna com a respectiva descrição, apresentada na segunda coluna, e, em seguida, assinale a opção **CORRETA**.

(1)	Exame	( )	Diligência que objetiva a verificação e a constatação de situação, coisa ou fato, de forma circunstancial.
(2)	Vistoria	( )	Análise de livros, registros de transações e documentos.
(3)	Indagação	( )	Qualificação e quantificação física de coisas, bens, direitos e obrigações.
(4)	Mensuração	( )	Busca de informações mediante entrevista com conhecedores do objeto ou de fato relacionado à perícia.

A sequência CORRETA é:

a) 1, 2, 3, 4.
b) 2, 1, 3, 4.
c) 1, 2, 4, 3.
d) 2, 1, 4, 3.

Leia com atenção o texto a seguir. A questão de número 50 refere-se a ele.

Impacto social e o valor além do lucro

01 Toda empresa gera um impacto na sociedade, independente do setor
02 em que atua e do serviço ou do produto que comercializa. Empresas
03 mais intensivas localmente, como mineradoras, químicas ou de
04 geração de energia, são historicamente mais cobradas e por isso já
05 avançaram quanto à avaliação e gestão de seus impactos nas
06 operações, afinal o dano causado à sociedade local é visível. Outros
07 setores, por outro lado, não conseguem identificar e avaliar esse
08 impacto com a mesma profundidade; uma empresa do setor de
09 bebidas, por exemplo, pode ter impacto na sociedade relacionado ao
10 consumo de seu produto eventualmente causando obesidade infantil
11 ou embriaguez no volante pelo uso inadequado. O fato é que toda
12 empresa deve se preocupar em entender como as pessoas são
13 afetadas por suas operações, pois, se a sociedade for contra o seu
14 negócio, ele não irá prosperar.
15 Historicamente, a interface social do setor empresarial, um dos tripés
16 da sustentabilidade, foi tratada como filantropia ou investimento social
17 privado, como algo quase que independente do negócio principal da
18 empresa. Até as décadas de 1990 e 2000, a relação da empresa com
19 a sociedade era feita por meio de fundações empresariais ou parcerias
20 com ONGs, sob a missão de “devolver” seu valor à sociedade.
21 Entretanto, tem ficado cada vez mais clara a importância de se adotar
22 uma estratégia de negócio que esteja verdadeiramente vinculada às
23 populações por ela afetadas, com retorno financeiro, mas também com
24 o retorno social e ambiental das suas ações.
25 Fundações e ONGs já estão se reinventando. Ou a empresa consegue
26 enquadrar sua atuação perante a sociedade ao que é de fato seu
27 impacto social ou sua atuação social vai ficar cada vez mais esvaziada,
28 tornando-se apenas um apêndice. Em tempos de crise, o apêndice é o
29 primeiro a ser cortado.
30 O setor empresarial vem repensando a forma como atua socialmente e
31 como as empresas são avaliadas perante a sociedade. O
32 comportamento da empresa deve ser o de identificar seus impactos

33 positivos e negativos e convidar a população impactada a construir
34 conjuntamente uma estratégia de ação.
35 Algumas empresas de ponta já adotam estratégias de relacionamento
36 social e de valor compartilhado, porque acreditam que não faz sentido
37 produzir algo que não gere valor tanto para a empresa, quanto para a
38 sociedade.
39 Neste momento, no Brasil, existe uma demanda social por um maior
40 engajamento e retorno social visível e tangível. Um grupo de empresas já
41 atuantes neste segmento querem ampliar o debate sobre novas práticas
42 para o impacto social e querem aumentar o conhecimento sobre o tema,
43 trazendo atores como o governo e representantes da sociedade para o
44 diálogo, a fim de construir conjuntamente novas estratégias. Obter um
45 consenso sobre o que é o impacto social é um primeiro passo para que as
46 formas de avaliá-lo possam avançar. Também será preciso discutir e
47 definir melhores ferramentas, metodologias e ações para mensurar o
48 impacto social e disseminar melhores práticas.
49 A cooperação com o poder público e com o setor financeiro ajuda a criar
50 um ambiente de sintonia entre as estratégias corporativas, seu
51 financiamento e a legislação no que tange às relações com as
52 comunidades impactadas pelo negócio.
53 Todos os negócios deveriam ter um propósito social que fosse além do
54 retorno financeiro, e mensurar o impacto social é fundamental para
55 avançarmos em direção de um mundo mais sustentável e, portanto, mais
56 justo. Esse conceito, ainda que incipiente, deixa claro que os negócios que
57 não adotarem essas práticas vão perder competitividade. É preciso
58 acreditar no valor além do lucro.

http://cebds.org/artigos/impacto-social-e-o-valor-alem-lucro/ 20/07/2016 - adaptado

50. A tese defendida no texto está explicitada no trecho:

a) “Historicamente, a interface social do setor empresarial, um dos tripés da sustentabilidade, foi tratada como filantropia ou investimento social privado, como algo quase que independente do negócio principal da empresa. Até as décadas de 1990 e 2000, a relação da empresa com a sociedade era feita por meio de fundações empresariais ou parcerias com ONGs, sob a missão de “devolver” seu valor à sociedade.” (linhas 15 a 20)

b) “Entretanto, tem ficado cada vez mais clara a importância de se adotar uma estratégia de negócio que esteja verdadeiramente vinculada às populações por ela afetadas, com retorno financeiro, mas também com o retorno social e ambiental das suas ações.” (linhas 21 a 24)

c) “Ou a empresa consegue enquadrar sua atuação perante a sociedade ao que é de fato seu impacto social ou sua atuação social vai ficar cada vez mais esvaziada, tornando-se apenas um apêndice. Em tempos de crise, o apêndice é o primeiro a ser cortado.” (linhas 25 a 29)

d) “Todos os negócios deveriam ter um propósito social que fosse além do retorno financeiro, e mensurar o impacto social é fundamental para avançarmos em direção de um mundo mais sustentável e, portanto, mais justo. Esse conceito, ainda que incipiente, deixa claro que os negócios que não adotarem essas práticas vão perder competitividade. É preciso acreditar no valor além do lucro.” (linhas 53 a 58)

RASCUNHO DO GABARITO
ESTA PÁGINA PODERÁ SER DESTACADA

01 Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ	**21** Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ	**41** Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ
02 Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ	**22** Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ	**42** Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ
03 Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ	**23** Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ	**43** Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ
04 Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ	**24** Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ	**44** Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ
05 Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ	**25** Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ	**45** Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ
06 Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ	**26** Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ	**46** Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ
07 Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ	**27** Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ	**47** Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ
08 Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ	**28** Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ	**48** Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ
09 Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ	**29** Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ	**49** Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ
10 Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ	**30** Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ	**50** Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ
11 Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ	**31** Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ	
12 Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ	**32** Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ	
13 Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ	**33** Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ	
14 Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ	**34** Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ	
15 Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ	**35** Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ	
16 Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ	**36** Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ	
17 Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ	**37** Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ	
18 Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ	**38** Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ	
19 Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ	**39** Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ	
20 Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ	**40** Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ	